

Fernando Molica

O samba é laico

A discussão sobre o palco dedicado à música gospel no Réveillon de Copacabana remete aos tempos em que pontos de cultos umbandistas ultrapassavam as paredes dos terreiros e ganhavam as chamadas paradas de sucesso. Havia também o oposto: canções que acabavam adotadas nas giras.

Há algumas décadas, época em que a presença evangélica era menor, praticamente limitada a denominações protestantes tradicionais, as barreiras entre o profano e o sagrado — especialmente em relação a religiões de matrizes africanas — eram bem menores.

Os católicos mais tradicionais não gostavam, o arcebispo reclamava, mas a macumba corria solta pelas ruas, emissoras de rádio e, mesmo, de TV. O sincretismo religioso facilitava a tolerância: muita gente se dizia como católica, apostólica — e macumbeira.

A ialorixá Cacilda de Assis, que incorporava o exu Seu Sete da Lira, causou furor ao aparecer nos programas de Flávio Cavalcanti e Chacrinha, era compositora de sucesso e chegou a fundar um bloco de carnaval, p Bloco do Lira.

Regravada por Zeca Pagodinho, “Só o ôme”, de Edenal Rodrigues, foi lançada em disco em 1969 por Noriel Vilela, e fez um baita sucesso, foram vendidas mais de 200 mil cópias de seu disco.

Mais ou menos na mesma época, Oswaldo Nunes lançou “Segura este samba Ogumê”, que trazia no título uma saudação a Ogum. Gravada em 1949 e grande sucesso de Blecaute, a música “General da banda” é outra louvação ao mesmo orixá e tem, entre os autores, Tancredo da Silva Pinto, o Tata Tancredo, o pai-de-santo que levou o culto a Iemanjá para as praias cariocas nas noites de 31 de dezembro. Os outros compositores são Sátiro de Melo e José Alcides.

Aquela simpática canção que manda o Zé tomar

cuidado com o balanço da canoa é um ponto para Zé Pilintra, guia ligado ao povo da malandragem. O repertório de Clara Nunes é recheado de canções nascidas em terreiros, como “Ê baiana”. Sucesso de Martinho da Vila, “Festa de umbanda” (“O sino da Igrejinha faz belém blem blam”) foi, está na cara, na letra e no ritmo, criada para ser usada em rituais.

Os integrantes do fantástico grupo Os Tincões também faziam questão de revelar a beleza das canções que louvavam deuses trazidos da África. São músicas que podem e devem ser ouvidas por qualquer um, não é preciso crer nos orixás para cultar gravações tão bonitas e emocionantes.

Ao justificar o palco gospel no Réveillon, o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), forçou a barra ao dizer que o povo do axé poderia se dirigir aos locais onde havia apresentações de samba. Foi outro palpite infeliz: por mais pontos de contato que tenha com a tradição religiosa de origem africana, o samba é um estilo laico; há sambistas umbandistas, candomblecistas, católicos, evangélicos, ateus.

O samba, diferentemente do gospel, não é música de culto, ainda que muitas canções do gênero, especialmente sambas de enredo, tenham referências religiosas explícitas. Falar que o samba remete necessariamente a essas religiões seria amarrar o jazz apenas à tradição cristã negra norte-americana. Isso sem falar que boa parte música ocidental é, de alguma forma, derivada do catolicismo.

A mistura entre religião e política não é de hoje, ainda que o tema tenha ficado mais presente a partir do crescimento dos evangélicos. O melhor que a prefeitura pode fazer é tratar de cuidar da cidade, é para isso que existe prefeito. Cada um que se entenda com seu deus e trate de louvá-lo do jeito que bem entender, sem essa história de criar púlpitos musicais com dinheiro público.

Tales Faria

2026: eleições e luta por emendas

Em seu último ato de 2025, o Congresso aprovou, no dia 19 de dezembro, o Orçamento da União para o ano eleitoral de 2026. Os números mostram que deputados e senadores estão dispostos a bater de frente com o Supremo Tribunal Federal (STF) e o governo para aumentar o poder de fogo das emendas parlamentares nas eleições de 2026.

No texto há uma reserva de R\$ 61,2 bilhões para as emendas, R\$ 11 bilhões acima do valor de 2025. Também haverá despesa extra com o Fundo Eleitoral, programado em cerca de R\$ 5 bilhões. A proposta original de governo previa R\$ 1 bilhão.

O relator, deputado Isnaldo Bulhões Junior (MDB-AL), revelou como conseguiu, por exemplo, aumentar o valor das emendas de comissões. Excluiu das contas as despesas do governo com precatórios (dívidas por decisão judicial) utilizando-se de uma Emenda Constitucional aprovada pelo Congresso, ou seja, por eles próprios.

A criatividade dos parlamentares fez com que, nos últimos dez anos, as emendas parlamentares tivessem seu valor aumentado em 262%. Eram R\$ 16,9 bilhões em 2005.

À medida que o Supremo Tribunal Federal proibia um tipo novo de emenda – tais como transformar as emendas de relator no “Orçamento secreto” – os parlamentares apareciam com novas modalidades. Por exemplo, as emendas Pix, enviadas sem especificação de programas.

Agora foram inventadas as “emendas paralelas”. São recursos orçamentários que, embora originados no Congresso Nacional (Câmara e Senado),

são disfarçados com códigos que os misturam com gastos do Executivo, evitando a transparência e rastreabilidade exigidas pelo STF.

O relator do STF sobre emendas parlamentares, Flávio Dino, determinou a suspensão das emendas paralelas, assim como havia, antes, suspenso o Orçamento secreto e as emendas Pix.

Ele também suspendeu no final de 2025 R\$ 3 bilhões em emendas “ressuscitadas” do orçamento do ano anterior por um “jabuti” aprovado no Congresso dentro do projeto de lei que reduziu incentivos fiscais para empresas.

Dino entrou na mira dos parlamentares por conta do combate à falta de transparência e do mau uso das emendas parlamentares. Mas já avisou que manterá sua rigidez neste ano eleitoral.

O governo promete entrar na briga a favor da opinião pública e do STF. O ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, declarou que o Palácio do Planalto cortará pelo menos R\$ 11 bilhões das emendas parlamentares no Orçamento deste ano. Ou porque são ilegais, ou porque estavam fora da combinação entre Executivo e Legislativo.

Antes o Planalto articulava o combate às emendas com o STF, mas acabava cedendo à pressões do centrão em troca de votos no Congresso.

Agora, com as eleições, os articuladores do governo afirmam que terão o respaldo da opinião pública para resistir a pressões. Já no centrão, o raciocínio é oposto: candidato à reeleição, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) precisa do apoio dos partidos e jogará a favor das emendas.

EDITORIAL

Novo calendário, novas chances de acerto

O futebol brasileiro inicia mais uma temporada sob o peso da mudança. O novo calendário, que antecipa o Campeonato Brasileiro e empurra os estaduais para o início do ano, promete racionalidade, organização e alinhamento com o futebol internacional. No papel, a ideia parece moderna. Na prática, porém, levanta uma série de dúvidas que ainda não encontram respostas claras, especialmente sobre como os clubes irão se adaptar a esse novo cenário.

A primeira questão é inevitável: qual será, afinal, a importância dos campeonatos estaduais? Historicamente tratados como termômetro inicial da temporada, eles agora correm o risco de se tornarem um laboratório improvisado. Com o Brasileirão começando mais cedo, é razoável imaginar que muitos clubes priorizem suas forças para a competição nacional, utilizando os estaduais como espaço para testes, rodízio de elenco e observação de jovens. Isso pode esvaziar tecnicamente torneios que, goste-se ou não, ainda carregam tradição, rivalidade e relevância regional.

Outro ponto sensível diz respeito ao planejamento esportivo. Reforços chegarão pensando em quê? No estadual, no Brasileiro ou nas competições continentais? A antecipação do calendário nacional exige contratações mais rápidas, elencos mais prontos e

decisões mais certeiras logo em janeiro. Clubes que demorem a agir podem comprometer toda a temporada em poucas semanas. A margem de erro diminui drasticamente quando o campeonato mais importante do país começa antes mesmo de o time estar totalmente estruturado.

Há também uma dúvida que incomoda dirigentes, torcedores e profissionais do futebol: os clubes estão realmente preparados para essa mudança? Adaptar-se não é apenas aceitar o novo calendário, mas repensar pré-temporadas, carga física, montagem de elenco e até o discurso público. Não basta dizer que o estadual perdeu importância; é preciso assumir isso de forma transparente ou, ao contrário, valorizá-lo com ações concretas. O que não parece mais viável é seguir no meio do caminho, tratando o estadual como obrigação incômoda e o Brasileiro como prioridade absoluta, sem um plano claro de convivência entre ambos.

O novo formato exige profissionalismo, planejamento e coragem para investir cedo, para priorizar competições de forma honesta e para lidar com possíveis fracassos iniciais sem recorrer às desculpas de sempre. Caso contrário, o futebol brasileiro corre o risco de apenas mudar as datas no calendário, mantendo os mesmos erros estruturais de sempre.

Opinião do leitor

A corrida pela IA

A inteligência artificial está acontecendo sem que se perceba. Mais e mais problemas serão resolvidos pela comunicação máquina a máquina, sem intervenção humana. Estudo mostra que em 5 anos será possível sentir a textura de um tecido em sua imagem na tela de um dispositivo.

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral) | Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br | redacao@correiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Thiago Ladeira e Anderson Sá

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo:

Campinas:

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.